

BOLETIM 514

Brasília, 16 de fevereiro de 2018

Definida Jornada Nacional de Lutas Contra a Reforma da Previdência Social

Diversas entidades do movimento sindical e social realizaram reunião nesta quinta (15) para definir estratégias de mobilização e articulação política para a Jornada Nacional de Lutas contra a chamada “reforma” da Previdência.

Os atos e mobilizações estão programados entre os dias 19 a 23 de fevereiro e a orientação dos participantes foi a de manter a agenda e intensificar atividades para a próxima semana, tendo em vista a recorrente postura do governo de “sacar uma carta na manga” com objetivo surpreender os movimentos e ações de resistência às “reformas”.

Recomendações para greve dia 19; piquetes em aeroportos de todo o país para pressionar parlamentares; visitas aos gabinetes e escritórios de deputados com objetivo de barganhar apoio contra a “reforma” da Previdência na casa legislativa estão entre as principais estratégias elencadas na reunião.

Agenda de ações para o dia 19 de fevereiro:

07h00 - Atividades no Aeroporto de Brasília e no shopping Pátio Brasil;
13h00 - Reunião para definir ações para o dia 20 na sede da Condsef;



Plenário da Câmara dos Deputados iniciará os debates sobre a reforma previdenciária dia 20

15h00 - Lançamento da campanha salarial dos servidores públicos federais - em frente ao MPOG;
17h00 - Ato das centrais contra a "reforma" da Previdência com concentração no Museu da República.

Fonte: NCST

Maia ainda mantém diálogo sobre acúmulo de pensões e transição de servidor público

O presidente da Câmara dos Deputados, Rodrigo Maia, disse nesta quinta-feira que continua mantendo o diálogo com diversos setores em relação a duas questões da reforma da Previdência ainda pendentes: o limite para o acúmulo de pensão e aposentadoria; e o modelo de transição para servidores públicos que



ingressaram na Administração Pública antes de 2003.

Pelo texto atual, o valor máximo para o acúmulo de pensões é de dois salários mínimos (R\$ 1.908,00). “Você tem que pensar em um casal, em que cada um ganha dois salários mínimos. Se, da noite para o dia, um deles falecer, a pessoa só vai receber dois salários mínimos de aposentadoria. E aí vai perder 100% da pensão”, explicou Maia.

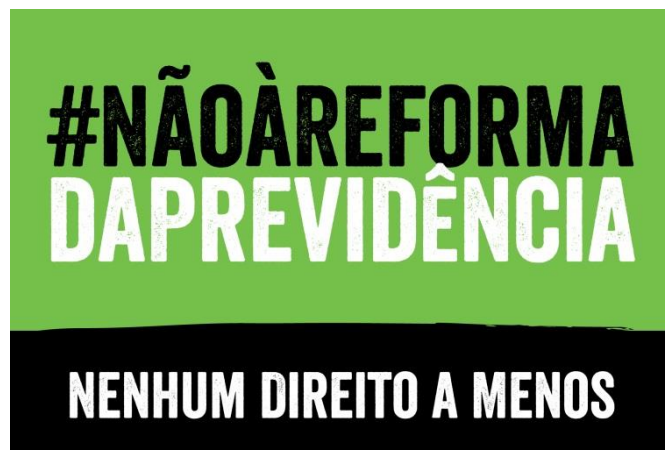
No caso da transição proposta para a aposentadoria de servidores públicos, Maia avalia que ela será “muito leve e tranquila”.

“A proposta da reforma da Previdência basicamente pede aos servidores dos três poderes que possam trabalhar mais [tempo]. Não está se cortando benefício, salário de ninguém, nem aposentadoria de quem já se aposentou”, disse.

Data de votação - Ao sair da reunião com a presidente do Supremo Tribunal Federal (STF), ministra Cármen Lúcia, Maia voltou a ser questionado pelos jornalistas sobre a possibilidade de adiar a votação da reforma para depois das eleições. De acordo com Maia, se a votação não ocorrer em fevereiro, deve ficar para o próximo ano.

“Não há possibilidade de eu passar a reforma da Previdência sem que seja uma agenda do próximo presidente da República. Essa é uma questão que a eleição pode ou não resolver. Se não votar em fevereiro, vota no início do ano que vem. Agora, cada ano sem votar a reforma da Previdência, cada mês, é um prejuízo para a sociedade”, reafirmou.

Fonte: Agência Câmara



Novo texto da Previdência mantém distorções e não combate privilégios

Governo não tem legitimidade para propor alterações, e proposta ideal deveria incluir mudanças de gestão em vez de corte de direitos

A nova versão do texto da reforma da Previdência, que o governo quer ver sendo votada a partir da próxima segunda-feira (19), mantém perdas aos trabalhadores e não corrige distorções. É o que afirmam fontes ouvidas pelo Seu Jornal, da TVT.

Para o diretor técnico do Dieese, Clemente Ganz Lúcio, a proposta apresentada pelo relator, deputado Arthur Maia (PPS-BA), insiste em operar mudanças apenas nos critérios de acesso, com cortes de direitos, quando deveria abordar também a cobrança aos grandes devedores, o combate à sonegação e aperfeiçoamento na gestão dos recursos. A forma mais eficaz para

equilibrar as contas da Previdência, segundo ele, é a criação de empregos formais.

"Os dados recentes divulgados pela Receita Federal dão conta que grandes empresas no Brasil devem mais de R\$ 450 bilhões", diz Clemente. "Não há nenhuma medida nesse campo. Portanto o déficit é decorrente de problemas sérios de gestão, na cobrança, e é fortemente influenciado pela crise econômica. Temos mais de 13 milhões de pessoas desempregadas que não contribuem. Se estivessem ocupadas contribuindo sobre um salário mínimo, por exemplo, já gerariam mais de R\$ 30 bilhões de arrecadação para à Previdência."

Já a presidenta da Associação de Docentes da Universidade Federal do ABC (ADUFABC), Maria Carlotto, diz que, independentemente da proposta, o governo Temer não tem legitimidade para aprovar mudanças em uma legislação tão fundamental, e avalia que o governo não tem os votos necessários.

"Independentemente do conteúdo, o que é particularmente grave é que essa reforma vai ser proposta num contexto em que o governo não tem nenhuma legitimidade. O nível de confiança da população nas instituições está baixíssimo", afirma Maria Carlotto.

Fonte: Rede Brasil Atual

FST defende estimular participação da base no processo eleitoral

Após um ano sob fogo cerrado de um governo e Congresso Nacional conservadores, que se colocaram a serviço do capital selvagem, o sindicalismo começa a perceber as eleições deste



ano serão decisivas para os trabalhadores e suas entidades de classe.

Com esta nova leitura da realidade, entidades estão se articulando para tentar barrar um avanço ainda maior da onda neoliberal. É o que pretendem as lideranças do Fórum Sindical dos Trabalhadores (FST), que congrega 22 Confederações de trabalhadores.

Além de mobilizar suas bases nos protestos contra a reforma da Previdência, que tomarão as ruas na próxima segunda (19), o FST convoca os dirigentes das entidades filiadas a Brasília na terça (20) para definir uma agenda que fortaleça a influência sindical no cenário político.

"Se quisermos mudar essa realidade precisamos trazer todas as entidades sindicais para essa luta. Não devemos ficar fechados em torno das Confederações. Precisamos trazer Federações e Sindicatos para esse diálogo", afirma Artur Bueno de Camargo, coordenador do FST **(foto)**.

O dirigente falou sobre a proposta à Agência Sindical. "Vamos utilizar todos os recursos necessários. A internet será um instrumento muito importante. Mas precisa ser bem utilizada. Não adianta ter um grande volume de contatos



em redes sociais. É preciso ter qualidade com esses contatos", afirma Artur.

Para Artur Bueno, o sentimento de mudança cresce a cada dia, não só por parte dos trabalhadores, mas de toda a população. "Nós percebemos isso. Os conservadores também perceberam e estão se articulando. O que a Globo vem fazendo é uma campanha antecipada. Precisamos utilizar esse sentimento de mudança e fazer com que a população e a classe trabalhadora se juntem para mudar o que está acontecendo hoje no Congresso", enfatiza.

O coordenador do FST observa que crescem as críticas a tudo que está acontecendo na política. "Basta ver que as escolas de samba Beija-Flor e Paraíso do Tuiuti, campeã e vice no Rio de Janeiro, levaram para seus desfiles protestos fortes. A Tuiuti colocou Michel Temer como vampiro. Quando entraram na Sapucaí, todos se manifestaram. Isso mostra que a sociedade e população está entendendo o que acontece e não concorda", comentou Artur.

Congresso - O Fórum está organizando o Congresso Nacional da Classe Trabalhadora que será realizado nos dias 9, 10 e 11 de agosto em Praia Grande, litoral sul de São Paulo. "Na terça definiremos data para um seminário preparatório. Vamos avaliar também o resultado da audiência dia 6 no TST, que foi um avanço na luta contra a reforma trabalhista", diz.

Fonte: Agência Sindical

Mercado projeta déficit de R\$ 149,18 bilhões nas contas públicas neste ano

Instituições financeiras consultadas pelo Ministério da Fazenda reduziram a previsão do déficit primário do Governo Central (Tesouro Nacional, Previdência Social e Banco Central) neste ano de R\$ 153,944 bilhões para R\$ 149,186 bilhões.

O déficit primário é o resultado das despesas maiores que as receitas, sem considerar os gastos com juros da dívida pública. A meta de déficit primário é de R\$ 159 bilhões, em 2018, e R\$ 139 bilhões, em 2019.

A projeção consta da pesquisa Prisma Fiscal, divulgada nesta quinta-feira (15), elaborada pela Secretaria de Política Econômica do Ministério da Fazenda com base em informações de instituições financeiras. Para 2019, a estimativa de déficit ficou em R\$ 119 bilhões, contra R\$ 120,960 bilhões previstos no mês passado.

A projeção da arrecadação das receitas federais neste ano ficou em R\$ 1,450 trilhão, contra R\$ 1,446 trilhão, previsto no mês passado.

A pesquisa apresenta também a projeção para a dívida bruta do governo geral que, na avaliação das instituições financeiras, deve ficar em 75,50% do Produto Interno Bruto (PIB) ante a previsão anterior de 76%, para 2018. Para 2019, a estimativa foi ajustada de 78,39% para 77,20% do PIB.

Fonte: Agência Brasil



Contribuição previdenciária não incide sobre terço de férias, diz TRF-4

A União não pode cobrar contribuição previdenciária sobre o terço de férias, por se tratar de verba de natureza indenizatória que não se incorpora à remuneração do trabalhador na aposentadoria. Com esse entendimento, a 1ª Turma do Tribunal Regional Federal da 4ª Região negou recurso em que a União tentava ter direito à cobrança.

O caso envolve uma gráfica de Londrina (PR) que era tributada sobre toda a folha de pagamento. Segundo o advogado da empresa, somente o salário poderia servir como base de cálculo para contribuições, sendo inconstitucional a cobrança sobre verbas sem caráter indenizatório.

A 1ª Vara Federal de Londrina concordou com a autora, mas a União recorreu ao tribunal, alegando que a incidência sobre o terço constitucional é legal. Para o relator, desembargador federal Roger Raupp Rios, a não incidência de tributação sobre essa verba já é jurisprudência consolidada no Superior Tribunal de Justiça.

“No Recurso Especial 1.230.957/RS, julgado sob o rito dos recursos repetitivos, o STJ firmou posicionamento no sentido de que a importância paga a título de terço constitucional de férias possui natureza indenizatória/compensatória, e não constitui ganho habitual do empregado, razão pela qual sobre ela não é possível a incidência de contribuição previdenciária”, concluiu o desembargador.

Fonte: Consultor Jurídico

Projeto estabelece nova política para o mínimo

Tramita na Câmara dos Deputados o Projeto de Lei 8169/17, do deputado Irajá Abreu (PSD-TO), que estabelece política de valorização do salário-mínimo a longo prazo.

Pela proposta, o reajuste será calculado com base no crescimento da economia, medido pela variação do Produto Interno Bruto (PIB) dois anos antes ou 6% ao ano, o que for maior; somado à variação da inflação apurada pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor (INPC) do ano anterior.

A regra valerá para os dez primeiros anos após a proposta ser transformada em lei. Em caso de deflação, não será usado o INPC.

A partir do 10º ano de edição da lei, o Executivo poderá alterar a apuração do aumento real do salário mínimo desde que seja, no mínimo, de 6% ao ano. Atualmente, o reajuste do mínimo (Lei 13.152/15) segue a variação do PIB de dois anos, somado à inflação e é válido até 2019.

Fonte: Agência Câmara

BOLETIM CONTRICOM

Presidente

ALTAMIRO PERDONÁ

Secretário Geral

MIRALDO VIEIRA DA SILVA

Secretário de Finanças

AROLDO PINTO GARCIA

Secretário para Assuntos de Comunicação

WILSON GERALDO SALES DA SILVA

Redação e Edição

INSTITUTO DOIS CANDANGOS